

**EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL  
FEMININA: UMA  
ANÁLISE DO  
PROGRAMA  
MULHERES MIL NO IFS  
- CAMPUS LAGARTO**

Elza Ferreira Santos \*  
Cyndi Moura Guimarães de Oliveira \*\*

[\*] Doutora em Educação pela UFS. Professora do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Professora permanente do quadro de docentes do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFS.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7033-9048>

E-mail: [elzafesantos@gmail.com](mailto:elzafesantos@gmail.com)

[\*\*] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo do IFS. Técnica em Secretariado do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4330-1730>

E-mail: [cyndimoura@gmail.com](mailto:cyndimoura@gmail.com)

## RESUMO

O presente artigo tem como objeto o Programa Mulheres Mil desenvolvido no Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe e tem como objetivo verificar a efetividade da função educacional e social do programa, já que o referido programa pretendeu promover a formação profissional e tecnológica de mulheres desfavorecidas, garantindo o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade. Tratou-se de uma pesquisa descritiva e de caráter exploratório, baseada na abordagem quanti-qualitativa. Contou com um levantamento bibliográfico em torno da Educação Profissional e do programa Mulheres Mil, além disso, foram estudados documentos sobre o programa e sua execução no IFS. Como estratégias de coleta de dados, foram empregados dois questionários e uma entrevista estruturada. A pesquisa envolveu 25 egressas do curso de Auxiliar de Arquivo, que concluíram o curso em 2015 e a coordenadora do curso. Nas inferências empreendidas, notou-se que apesar do programa direcionar-se à qualificação profissional, este pouco atinge a expectativa e efetividade do objetivo, no entanto, é indiscutível a transformação ocorrida em alguns aspectos na vida das alunas como a perspectiva de inserção no mercado de trabalho, a valorização da autoestima e os novos modos de se relacionarem com a família.

**Palavras-chave:** Educação Profissional; Educação Feminina; Programa Mulheres Mil.

*“No início, ficamos com medo de quebrar o computador, aí perguntamos: ‘Se quebrar vamos ter que pagar?’ Aí disseram: ‘Não, não paga nada!’ Aprendi a entrar na internet, fiquei muito curiosa. Começamos a procurar namorado, aprendemos a bater papo [risos]”. (BRASIL, 2011b, p. 123)*

Em 2007, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) foram reorganizados e passaram a ser Institutos Federais (IF) para atender diferentes modalidades de ensino, como Educação Superior, Básica e Profissional, todas dentro de um projeto pluricurricular e multicampi. Dentre as suas atividades houve propostas voltadas à inclusão social de pessoas que foram excluídas do processo de qualificação profissional, através de programas sociais com envolvimento da comunidade externa. Um deles foi o Programa Mulheres Mil, objeto desse estudo.

O Programa Mulheres Mil foi criado e se inseriu no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil. Suas atividades buscavam promover o acesso e permanência das mulheres na instituição, alcançando eixos tecnológicos relacionados com cada comunidade, além de buscar formação cidadã, possível inserção delas no mercado de trabalho e melhoria na qualidade de suas vidas e de suas comunidades.

A presente pesquisa teve como objetivo verificar a efetividade da função educacional e social do programa Mulheres Mil, já que o referido programa pretendeu promover a formação profissional e tecnológica de mulheres desfavorecidas, garantindo o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade. O foco foi o curso de Auxiliar de Arquivo do Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Tratou-se de uma pesquisa descritiva e de caráter exploratório, baseada na abordagem quanti-qualitativa. Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico, desenvolveu-se uma pesquisa documental e como estratégias de coleta de dados realizaram-se questionários e entrevista estruturada. Foram dois questionários institucionais, estruturados pela gestão do Programa Mulheres Mil e aplicados com 25 egressas do curso de Auxiliar de Arquivo, que concluíram o curso em 2015. A entrevista foi estruturada e se realizou com a coordenadora local do programa.

Esse artigo, quanto a sua estrutura, parte de um breve apanhado sobre a educação das mulheres no Brasil. Posteriormente, é apresentado o programa Mulheres Mil. Depois, a análise das experiências que o programa teve no Campus Lagarto por meio das alunas egressas e da coordenadora do curso. Enfim, a conclusão e expectativas do programa.

**Educação das mulheres no Brasil**

“Em quase todos os países do mundo as mulheres sempre tiveram maiores dificuldades de acesso à escola” (BELTRÃO e ALVES, 2004, p. 02). Por isso, estudar formalmente foi a bandeira de luta erguida pelas mulheres. Afinal, por meio da educação se conquistariam muitos outros direitos.

No Brasil, antes da República, a maioria da população era analfabeta. Com a primeira lei imperial sobre educação, ficou determinada a instrução primária a todos os cidadãos, sendo que somente os meninos seguiriam na educação secundária e nível superior. As mulheres se limitavam a aprender a ler, escrever, fazer quatro operações aritméticas, costurar e bordar (BRASIL, 1857).

Desde sua implantação, a escola exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos, tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros. Quem estudava galgava um status social privilegiado destacando-se dos que não tinham acesso à escola. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. “Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas”. (LOURO, 1997, p. 61).

Segundo Azevedo e Ferreira (2006), para a mulher, a função da educação era socializadora e para manutenção da domesticidade, e não libertadora. A educação feminina limitava-se a aprender o necessário para formar bons filhos, disciplinados e honestos para contribuir com o progresso do país, o que não correspondia, necessariamente, aos anseios da mulher nem proporcionava novas possibilidades de vida.

Na primeira metade do século XX, a educação das meninas das camadas populares se resumia às prendas domésticas e ao ensino das primeiras letras. Para as filhas da oligarquia eram acrescentadas certa instrução artística, uma leve cultura literária e as normas de etiquetas essenciais para o convívio social (KOVALESKI & PILATTI, 2005). Ao sexo feminino coube, em geral, a educação primária, com intenso conteúdo moral e social, afinal de contas, o ensino era dirigido para o fortalecimento do papel de mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, formação de professoras para os cursos primários.

A necessidade de ampliação do acesso à educação agilizou a criação de escolas normais para a formação de docentes, surgindo a argumentação que este seria um ambiente feminino, pois se compreendia no imaginário social que o magistério seria a extensão da maternidade, sendo ainda hoje as profissões relacionadas ao magistério algumas das que mais recebem mulheres. No Brasil, os primeiros decretos de criação de Escolas Normais são das décadas de 30 e 40 do século XIX como consequência das reformas previstas pelo Ato Adicional de 1834 (VILLELA, 2000). Ainda no final do século XIX, os estados brasileiros, cumprindo a constituição de 1891, continuavam criando as Escolas Normais destinadas para as moças e as Escolas Técnicas para os rapazes.

No entanto, mesmo com a participação de professores e professoras na educação, estabeleceram-se desempenhos diferentes para eles e para elas e foram encarregados de tarefas de algum modo distintas.

...separados por gênero (senhoras honestas e "prudentes" ensinam meninas, homens ensinam meninos), tratam de saberes diferentes (os currículos e programas distinguem conhecimentos e habilidades adequados a eles ou a elas), recebem salários diferentes, disciplinam de modo diverso seus estudantes, têm objetivos de formação diferentes e avaliam de formas distintas. (LOURO, 1997, p.100).

A meta do sistema educacional não era fomentar a emancipação intelectual, econômica e social feminina, mas mobilizar eficientemente as mulheres para promover a saúde física, a prosperidade econômica nacional e a estabilidade social e política.

A escolarização feminina foi uma mediação entre a família e as transformações culturais, políticas e econômicas do século XX, organizada pela dicotomia europeia entre a instrução e a educação, marcada pela transição do patriarcalismo rural para a sociedade urbana e industrial. Mesmo com a modernização de papéis, não houve grande evolução quanto à desigualdade de gênero, dependência emocional e econômica das mulheres em relação aos homens. Houve sim evolução do perfil educacional, pois em curto período de tempo, elas deixaram o analfabetismo, passaram para a formação de nível superior e atingiram profissões científicas, caracterizadas outrora apenas como masculinas, conseqüentemente, tornaram-se consumidoras e passaram a lutar pelos direitos jurídicos e civis.

As mulheres conquistaram, aos poucos, pela própria capacidade de reivindicar, o direito à educação, ao voto, à independência econômica. Mas a luta, ainda permanece, pela igualdade salarial e acesso às profissões e cargos

valorizados; por direitos sexuais e reprodutivos; pela partilha do trabalho doméstico; e pela paridade na representação política entre homens e mulheres. (CARVALHO, 2009, p. 24 *apud* BASTOS, 2011)

Ao longo do século XX, com o empenho das mulheres para ter acesso à escola, no Brasil, é possível verificar que muitas mulheres chegam ao século XXI em pé de igualdade em relação aos homens e até apresentam níveis de escolaridade superiores.

Em relação ao desempenho pedagógico, considerando os saberes aprendidos, atualmente, as mulheres, desenvolvem melhor as atividades de leitura e escrita, enquanto os homens têm melhor habilidade na matemática. (TEIXEIRA & PADUA, p. 150, 2009 *apud* BASTOS, 2011). Em relação à carreira escolar, a entrada no Ensino Superior é marcada pela segregação: elas ocupam carreiras acadêmicas vinculadas ao cuidado – enfermagem, psicologia, fonoaudiologia, pedagogia entre outras – enquanto eles estão nos cursos mais ligados à tecnologia – engenharia, computação, entre outros –. (QUEIROZ *et al*, 2014).

Desde 1975, Lewin (1980) observava o aumento do número de mulheres que buscam o ensino superior, no entanto a maior concentração é em carreiras tradicionalmente femininas, mesmo havendo mudanças, quanto a sua composição, em algumas carreiras que eram dominadas pelo sexo masculino. Para Lewin (1980), entre os fatores que aumentaram a participação das mulheres em atividades produtivas estão a disparidade entre as taxas de crescimento demográfico e a criação de novos empregos, ampliação do sistema educacional e mercado de trabalho necessitando de mão de obra qualificada.

“O duplo papel econômico da mulher – o doméstico e o industrial – aparece no nível da consciência social, através de uma ideologia que justifica e glorifica o primeiro deles e que endossa o segundo” (LEWIN, 1980, p. 50). A mulher não rompe a dicotomia das duas jornadas de trabalho, ela procura equilibrar as demandas e mesmo com a sobrecarga, nenhuma isoladamente lhe basta para sua autorrealização.

Considerando os múltiplos saberes das mulheres e a possibilidade de melhorar suas condições de vida ao promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres pobres em situação de maior vulnerabilidade, foi criado o Programa Mulheres Mil. O pilar do programa se constitui em potencializar essa dinamicidade e transformá-la em qualificação profissional e adequada inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2011a), criando pontes necessárias para lapidar seu potencial produtivo na perspectiva de melhorar as condições de

suas vidas, famílias e comunidades. Além disso, o programa visa promover melhoria na autoestima e motivação na busca de novas possibilidades (BRASIL, 2011b).

### **Programa Mulheres Mil**

A qualificação profissional no Brasil se desenvolveu nas Escolas e Institutos Federais vinculados ao Ministério da Educação (MEC), além do Sistema “S”, com ações de caráter assistencial e de lazer, oferecendo cursos profissionalizantes para trabalhadores da indústria e comércio.

O MEC tem investido em iniciativas que visam à qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, com ofertas de cursos de menor duração buscando a capacitação de mão de obra, por meio de cursos profissionalizantes na Rede Federal de Educação Profissional. Dentre as propostas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia está a inclusão social daqueles(as) que não tiveram acesso ao processo de qualificação profissional. Essa inclusão acontece através de programas sociais, como medidas adotadas pelo governo brasileiro para qualificar a mão de obra diante das exigências do mercado de trabalho, como o Programa Mulheres Mil.

O Programa Mulheres Mil estava inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O programa também contribuiu para o alcance das Metas do Milênio, promulgadas pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental.

O programa foi fruto da cooperação internacional entre Brasil e Canadá por meio de um convênio chamado Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade (PIPE). No Brasil, o Programa foi implantado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e contou com a parceria da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

(CIDA/ACDI) e da Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC) e *Colleges* parceiros (BRASIL, 2011a). A execução foi realizada pelos Institutos Federais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Estruturadas em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável –, as atividades do programa atendiam a um currículo básico como disciplinas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa, Matemática, um currículo mais diversificado com disciplinas voltadas para os estudos de Cidadania, Relações de Gênero, Direito e Saúde da Mulher e um currículo mais técnico destinado ao ensino de Arquivologia e Administração.

Do Programa podiam participar mulheres de 18 a 60 anos de idade e que apresentassem quadro de exclusão social, educacional e econômica, caracterizado como baixo nível de escolarização, pobreza acentuada e baixa autoestima.

O Mulheres Mil foi implantado, por meio de uma parceria com *colleges* canadenses, em 2007. Desde então, cerca de 1,2 mil mulheres foram beneficiadas com cursos profissionalizantes em áreas como Turismo e Hospitalidade, Gastronomia, Artesanato, Confecção e Processamento de Alimentos. Como foi previsto, em 2011, o convênio com o Canadá cessou e permaneceu a proposta que as ações continuassem em todo o território nacional e se tornassem uma política pública.

A primeira turma do Programa Mulheres Mil foi desenvolvida no Estado do Rio Grande do Norte, em caráter experimental, com atividades voltadas para o turismo e foi encerrada no ano de 2005 (BRASIL, 2011a). O projeto piloto do Programa contribuiu na vida das mulheres que participaram do mesmo, pois auxiliou na descoberta de papéis sociais como os de que são cidadãs, que têm direitos, além de melhorar sua autoestima, de ampliarem e aprofundarem as relações com seus familiares e amigos, e estimular o retorno para os bancos escolares em busca de mais conhecimento (BRASIL, 2011a). Após a análise desta iniciativa, o programa foi estendido para mais treze Estados da Região Norte e Nordeste do Brasil.

O Programa Mulheres Mil (BRASIL, 2011a) tinha como finalidade promover a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres desfavorecidas das regiões Nordeste e Norte e garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões.

Entre os seus objetivos específicos estão: estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade; possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional; ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas; articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade.

### **Experiências do Programa Mulheres Mil no IFS – Campus Lagarto**

Em 2007, o IFS iniciou as atividades do Programa Mulheres Mil na periferia de Aracaju, com moradoras do bairro Santa Maria com qualificação na área de artesanato, usando como matéria-prima papéis, papelão, tecidos, garrafas PET e madeira. Também com as pescadoras do município de Nossa Senhora do Socorro, que além do artesanato com cascos de marisco, trabalharam com arte na culinária (BRASIL, 2011b).

O Programa Mulheres Mil utiliza metodologia específica de acesso, permanência e êxito que privilegia temas transversais para a formação cidadã, tais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania.

No Campus Lagarto, o programa iniciou em 2011 com uma turma de 100 mulheres no curso de Corte e Costura, em 2012 formou-se nova turma de Corte e Costura e em 2013 foi desenvolvido o curso de Estética Feminina. Em 2014, foi aberta uma turma de 50 alunas para o curso de Auxiliar de Arquivo e outra com mais 50 alunas para o curso de Recepcionista.

A análise de dois questionários institucionais estruturados pela gestão do Programa Mulheres Mil e aplicados com 25 egressas do curso de Auxiliar de Arquivo, que concluíram o curso em 2015, possibilitou sistematizar as informações sobre os sujeitos da pesquisa e, posteriormente, traçar um panorama da efetividade da função educacional e social do programa.

O primeiro questionário (2014), denominado Mapa da Vida, foi aplicado imediatamente após o início do curso e visava obter dados pessoais, acadêmicos e profissionais das alunas. O segundo, aplicado ao término do curso (2015), era avaliativo a fim



de saber opiniões sobre o curso concluído e também tratava de questões subjetivas a fim de saber possíveis mudanças na vida pessoal depois de terem passado seis meses na instituição.

O curso, que iniciou em julho de 2014, teve como objetivo qualificar estas mulheres para o mercado de trabalho, além de orientá-las quanto à formação cidadã. Conforme o projeto pedagógico, o curso de Auxiliar de Arquivo perfaz uma carga horária de 160 horas, estruturado em três módulos integrativos. O Módulo I formado pelas disciplinas: Ética, Cidadania e Direito da Mulher, Saúde da Mulher, Sociologia do Gênero e Comunicação e expressão feminina. O Módulo II, formado pelas disciplinas: Leitura e produção de texto e Informática Básica. E o Módulo III, formado pelas disciplinas: Ética na Administração, Relações Interpessoais, Gestão Documental, Planejamento e Implantação de Arquivo, Arquivo: elemento e definição, Redação Empresarial. Não há a obrigatoriedade do estágio.

A metodologia do Programa apresenta ferramentas próprias, como o Mapa da Vida que é uma ferramenta que objetiva criar oportunidade e ambiente para relatar experiências de vida das mulheres, para que esses conhecimentos possam ser registrados e valorizados. O método potencializa as mulheres como autoras das histórias de suas vidas, de seus grupos, de suas comunidades, ou seja, as experiências podem ser narradas e registradas pelas alunas, assim como projetam suas perspectivas pessoais, profissionais e educacionais.

Através do primeiro questionário aplicado para as alunas ao ingressarem no curso de Auxiliar de Arquivo, foi possível obter um diagnóstico situacional familiar, educacional, profissional e socioeconômico. No Campus Lagarto (IFS), o Mapa da Vida é um questionário denominado “Diagnóstico Situacional da Aluna” com 43 questões objetivas, sendo 16 destinadas a dados pessoais e familiares, 10 para dados educacionais e profissionais e 17 para dados socioeconômicos. Assim foi possível analisar o perfil geral da turma.

A turma de Auxiliar de Arquivo era formada por alunas de faixa etária variada, sendo a maioria entre 25 e 39 anos de idade. Entre elas, 11 eram solteiras e 15 delas tinham filhos. 13 das entrevistadas eram moradoras da zona urbana, sete moravam na zona rural e cinco não informaram.

Quando questionadas sobre a situação familiar em que viviam, 20% delas assumiram ter sofrido algum tipo de violência psicológica, através de humilhação ou ameaça que causasse prejuízo à autoestima e ao desenvolvimento pessoal. Mas afirmaram que ninguém da família tentou impedir ou proibir sua participação no Programa Mulheres Mil. Nessa primeira parte, também se desejou saber quanto ao uso de drogas, ao que todas

negaram ter feito ou fazer uso. Apenas uma informou que alguém que reside na sua casa fez ou faz uso de drogas.

Quanto aos dados educacionais e profissionais, a maioria possuía o Ensino Médio completo. Nenhuma delas estava regularmente matriculada em escola quando se inscreveram no curso profissionalizante, assim, dedicaram-se exclusivamente ao curso durante os seis meses. 76% das inscritas participaram de outros cursos profissionalizantes como cabeleireira, manicure etc. (ofertados pelo Sistema S). Das que interromperam seus estudos, a maioria afirmou ter como motivo o casamento e/ou filhos. Esse dado coaduna com o apontado pelo relatório Situação da Adolescência Brasileira: “entre as meninas com idade entre 10 e 17 anos sem filhos, 6,1% não estudavam no ano de 2008. Na mesma faixa etária, entre as adolescentes que tinham filhos, essa proporção chegava a 75,7%. Entre essas mesmas meninas, 57,8% delas não estudavam nem trabalhavam”. (UNICEF, 2014, p. 16).

Ao escolherem participar do curso, 80% das alunas alegaram que a escolha se deveu a necessidade de se prepararem para o mercado de trabalho e receberem qualificação profissional. Além disso, os amigos as incentivaram e as ajudaram a tomar a decisão de ingressar no programa. Elas estimavam que, ao concluírem o curso, estariam aptas e com mais uma formação. Entretanto, 52% pretendem fazer mais cursos profissionalizantes e preparar-se melhor para o trabalho e, apenas, 32% pretendem procurar um emprego imediatamente.

Quanto aos dados socioeconômicos, mais da metade delas não trabalha e é sustentada pela família, em sua maioria o cônjuge ou os pais. Das 25 alunas que responderam o questionário, 12 delas exercem atividade remunerada, como autônomas e diaristas, cinco recebem benefícios do governo, três são pensionistas e cinco estão desempregadas, sendo que dezessete têm uma renda familiar entre  $\frac{1}{2}$  e 1 salário mínimo e quatro afirmaram viver com menos de meio salário mínimo.

Ao concluírem o curso, as alunas responderam ao segundo questionário em janeiro de 2015, denominado “Avaliação pela Aluna” no qual se avaliava o curso quanto a sua aplicabilidade e possíveis mudanças na vida pessoal. Na avaliação geral, 54% das alunas avaliaram que o curso é bom e 41% que o curso é ótimo.

Sobre os conteúdos abordados durante o curso, a maioria (70%) avaliou que o curso atendeu todas as expectativas, sendo que aquelas que consideraram como razoável, registraram que o curso não abrangeu suficientemente os assuntos específicos do curso Auxiliar de Arquivos e sugeriram que houvesse visitas técnicas.

Houve pouco enfoque em matérias específicas (QUESTIONÁRIO, 2015, A1).

Não tivemos muito assunto sobre o curso em si. Teve vários outros temas abordados, que são importantes, mas o tema auxiliar de arquivo teve menos tempo (QUESTIONÁRIO, 2015, A2).

Faltaram aulas práticas na área de trabalho (QUESTIONÁRIO, 2015, A3).

A reivindicação por aulas práticas e visitas técnicas é constante. Essa reivindicação também é constante em outras modalidades de ensino como nos cursos integrados e subsequentes (SANTOS, 2013). Porém, no caso do curso de auxiliar de arquivo, a demanda se restringiu apenas àquelas que já passaram por outros cursos, pois a maioria, por ter tido tão pouco contato com a vida acadêmica profissional se apresentou pouco exigente.

Sobre a forma como as aulas foram ministradas, 66% consideraram boa, devido à dinâmica dos professores e 34% avaliaram como ótimas. 58% consideraram que os conteúdos ministrados serão úteis e poderão ser usados na sua vida ou na prática profissional.

Quanto à carga horária do curso (160 horas), 58% consideraram adequada, enquanto as demais sugeriram que poderia ser maior. Este curso teve a duração de somente seis meses: “De maneira geral, as aulas foram muito edificantes. Os professores foram muito dinâmicos, só o tempo para algumas disciplinas que foi muito curto.” (QUESTIONÁRIO, 2015, A7).

Seis meses é realmente um curso aligeirado, mas essa é a proposta dos cursos formatados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Isto pode significar que se as alunas não se inserirem imediatamente no postos de trabalho ou se não prosseguirem em outro curso, em breve poderão perder parte da aprendizagem.

É indiscutível que o programa transformou algum aspecto na vida das alunas. No mínimo, proporcionou a perspectiva de melhoria na inserção no mercado de trabalho. Não se pode esquecer de que tais mulheres são oriundas de situação precária, conseqüentemente, encontravam-se afastadas do meio acadêmico e do mundo do trabalho por muito tempo.

Fez as minhas filhas verem que eu sou capaz para uma nova realidade, até mesmo voltar ao mercado de trabalho (QUESTIONÁRIO, 2015, A3).

Foi muito bom para eu perceber que sou capaz de começar uma nova história na vida profissional (QUESTIONÁRIO, 2015, A7).

Aumentou meu conhecimento e me deu mais chances de entrar no mercado de trabalho (QUESTIONÁRIO, 2015, A1).

É verdade que pode parecer um ganho reduzido – perspectiva – mas há outros ganhos imensuráveis: tomar atitude de sair de casa. A maioria dessas mulheres não se via

procurando trabalho, pois a ideia de não conseguirem por se sentirem incapazes anulava a ideia de procura. Muitas não se viam, por exemplo, matriculadas nem no IFS, a maior instituição escolar da região. Vale ressaltar que o convívio com jovens do médio integrado e subsequente além dos jovens dos cursos superiores as colocavam no mesmo espaço, ou seja, elas se sentiam alunas tanto quanto eles desse mesmo espaço acadêmico desfrutando de iguais benesses.

Serem reconhecidas como estudantes é positivo. Destaque-se a fala em que a mãe se sente modelo para as filhas. Estar no curso reverbera nas relações familiares servindo até para que outros elementos da família as reconheçam como capazes. Isto também foi percebido no curso de artesanato realizado no Campus Aracaju do IFS.

O curso me ajudou a ter paciência com meus filhos. Agora eu chego, brinco com eles, levo pra passear. Vou à praia, ao shopping, porque eu gosto muito de passear. Tomar a minha cervejinha bem geladinha. Estou aprendendo a dar mais amor aos meus filhos, porque eu não tive muito amor de brincar com os meus pais, de beijar, de abraçar, e hoje eu brinco, abraço, beijo e bato, quando merece. (BRASIL, 2011b, p. 126).

A capacitação para mercado de trabalho só seria melhor avaliado se de fato elas se inserissem em algum exercício. A ausência de um estágio mostra a precariedade das relações entre escola e empresas. O IFS ainda faz poucos convênios com empresas. As relações escola-empresa são insuficientes, quase inexistentes. Um programa como o Pronatec que visa a inserção ou reinserção de pessoas no mundo do trabalho não deveria funcionar sem parcerias. Essa precariedade também foi sentida em outros Institutos do país:

... as mulheres participantes do Programa Mulheres Mil conseguiram melhorar a sua satisfação com a vida, sua saúde em geral, recuperaram sua autoestima, aumentaram sua escolaridade e seu grau de profissionalização. Porém, o Programa não consegue realmente atingir a qualificação profissional com aumento de escolaridade, pela falta de um plano de continuidade após a sua conclusão, o que desvincula as mulheres e pode limitar o seu retorno a escolarização. Conclui-se que o Programa Mulheres Mil pode vir a ampliar a condição de agente das participantes empoderando-as por conferir cidadania àquelas em condição de vulnerabilidade social, porém existe a necessidade que este Programa seja reavaliado para que possa se efetivo. (HÜBNER *et al*, 2017, p. 16).

Reiterando a ideia da autoestima, as participantes do curso de Auxiliar de Arquivo (45%) consideraram que o Programa Mulheres Mil trouxe, principalmente, a mudança em

relação a si mesma. Graças aos conhecimentos adquiridos, houve novas construções de relações pessoais e vontade de retornar aos estudos além da referida motivação para procurarem trabalho. Apesar de morarem na mesma cidade, muitas não se conheciam ou apenas se viam. Nesse sentido, o curso serviu-lhes para aproximá-las, saberem que existem outras mulheres na mesma situação. A ideia de grupo fortalece também no resgate do sentimento de autoestima.

Conhecimentos sobre direitos civis femininos, ética e cidadania, saúde da mulher e relações sociais reiteram a formação de uma rede de solidariedade entre elas. Após o curso, elas permaneceram com o contato de uma das outras, passam a trocar mensagens e, provavelmente, farão juntas outros cursos. Dificilmente passarão uma pela outra sem se cumprimentarem, por exemplo.

Sem dúvida, ao serem questionadas que outros saberes conseguiram adquirir ao longo do curso, além dos conteúdos ministrados, as respostas foram direcionadas principalmente para as relações sociais.

Olhar para as pessoas ao meu redor e ver como podemos conviver de maneira saudável e agradável com todos e que temos sempre algo a aprender com o outro (QUESTIONÁRIO, 2015, A7).

Além dos conhecimentos, aprendi a ter paciência, igualdade, lealdade, cumprir horários. (QUESTIONÁRIO, 2015, A5).

A conviver e respeitar as pessoas que estão a minha volta, aprendi a ouvir e também participar. (QUESTIONÁRIO, 2015, A4).

## **A coordenação**

A construção do curso ofertado no Programa Mulheres Mil contou com vários profissionais, entre eles, uma coordenadora, uma orientadora pedagógica e uma assistente administrativa. A coordenadora do programa no IFS Campus Lagarto era Mariana Emanuelle Barreto de Gois. Ela estava envolvida como professora voluntária do programa desde 2011 e em fevereiro de 2013 assumiu a função de coordenadora, quando participou de capacitação com todos os gestores nacionais em Brasília. A fim de compor a coleta de dados e verificar a efetividade do programa, foi realizada uma entrevista com a referida coordenadora em 26 de maio de 2015.

De acordo com Lopes e Souza (2005), ao estudar a educação de jovens e adultos, é preciso acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando o crescimento pessoal e profissional. É também o que acredita a coordenadora do Programa Mulheres Mil no Campus

Lagarto. Segundo a coordenadora, o programa deve efetivar a elevação da escolaridade das mulheres, favorecer para a inserção no mercado de trabalho, bem como elevar a autoestima das participantes:

É engrandecedor ouvir de uma mulher, que o programa transformou a vida dela e também a encorajou a separar do marido por ter sido violentada durante muito tempo. No programa elas aprendem o direito da mulher, aprendem a se enxergar como indivíduos de um processo histórico e não mais como vítimas. (GOIS, 2015)

É de extrema importância que os cursos, antes de serem negociados entre ofertantes e demandantes, estejam alinhados às demandas das realidades dessas mulheres e de seus saberes, pois “sabe-se que educar é muito mais do que reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto.” (LOPES & SOUZA, 2005, p. 02). Assim, o programa executado pelo IFS em parceria com a Prefeitura Municipal de Lagarto, ao criar um curso realiza uma pesquisa na comunidade sobre o interesse no curso ou se os cursos são condizentes com a realidade das alunas e com a ajuda da Secretaria de Ação Social do município são pesquisados os bairros vulneráveis para atender o objetivo geral do programa.

Foi realizado um diagnóstico referente ao potencial econômico e às oportunidades de trabalho no território e o processo de inscrição aconteceu na comunidade, também com o auxílio da prefeitura através da Secretaria de Ação Social e a seleção foi realizada com o questionário socioeconômico e entrevista. A busca ativa das mulheres em situação de risco, vulnerabilidade e extrema pobreza foi avaliada por uma equipe formada por psicólogos, assistentes sociais e a coordenação do curso.

Além de receberem ensino de qualidade aliado à qualificação profissional, as participantes do Mulheres Mil também foram beneficiadas com bolsas de auxílio financeiro e, segundo a coordenadora (GOIS, 2015), os cursos, antes de fazerem parte do grande programa Pronatec, contavam com recursos assegurados pela LOA (Lei Orçamentária Anual), e as mulheres recebiam R\$100,00 (cem reais) mensalmente, mas os professores e coordenadores não recebiam remuneração (BRASIL, 2014). Quando se inseriu no Pronatec, as alunas passaram a receber um auxílio de R\$11,00 (onze reais) por dia de aula e a equipe de trabalho passou a ser remunerada, já que no início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM).

Segundo a coordenadora, o acompanhamento das egressas é complicado devido ao mercado escasso de trabalho, mas a coordenação procura indicar algumas atividades e mercados, fazendo o portfólio delas. O portfólio é um documento que congrega informações que descrevem os conhecimentos, as habilidades, as competências (os aprendizados), incluindo a documentação formal e informal (GOIS, 2015).

Entre os problemas enfrentados pelos gestores, Gois (2015) relatou a dificuldade com o transporte responsável que levava as alunas ao Campus, pois muitas vezes não chegava no horário marcado para início da aula. Além disso, afirmou sentir dificuldade em sensibilizar os professores sobre a metodologia do programa. Os professores que costumam fazer parte do Pronatec são selecionados com base no currículo amplo em que se verifica apenas a formação básica, mas eles não fazem parte de um treinamento e muitos deles não compreendem assuntos como relações de gênero, por exemplo. Tais professores não são preparados para trabalhar com o público em condições de vulnerabilidade. Assim, no caso do Mulheres Mil, só se pode contar com a sensibilidade e boa vontade deles. Isto foi um aspecto positivo: os professores acabaram por se envolver com o programa e tentaram caminhar numa mesma direção, mas, conforme a coordenadora, não foi fácil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da conjuntura na qual as mulheres ainda vivenciam um processo histórico de exclusão, o Programa Mulheres Mil se constituiu numa tentativa de reverter a situação de marginalidade. Para isso, mais do que uma educação socializadora, o programa almejou uma educação profissional para diversas mulheres que vivem em situação de risco, vulnerabilidade e extrema pobreza em todo o Brasil.

Há uma falsa ideia de igualdade de gêneros, divulgada até mesmo nas escolas, que diz que homens e mulheres disputam as mesmas oportunidades. O que de fato acontece é uma intensa dificuldade na inserção das mulheres no mercado de trabalho e dificuldades para continuidade nos estudos, principalmente, para aquelas submetidas a condições de vulnerabilidade. Para as mulheres vulneráveis, a discriminação e empecilhos para ascender a uma posição social menos injusta são fatos persistentes ainda na sociedade atual, principalmente, devido às atribuições da função da maternidade.

Para Frigotto (2010), o trabalho é uma atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos, ao mesmo tempo em que responde às necessidades da vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Assim, depreende-se que a condição de desemprego, subemprego e desigualdade de gênero revela um quadro de baixa autoestima e conformação com a exclusão.

O público do Programa Mulheres Mil vive intensamente esse processo de exclusão e precariedade, então, o programa começa a alterar essa situação com o primeiro passo de mudança interior das participantes que trará a motivação para a busca de superação. No entanto, como não há efetivo acompanhamento das alunas após a conclusão do curso não é possível uma avaliação sobre empregabilidade, melhoria na renda ou melhoria na qualidade de vida dessas mulheres. É irrefutável que o objetivo de elevação da autoestima e promoção da inclusão produtiva do programa está sendo atingido, afinal, as narrativas das mulheres participantes refletem que houve uma transformação substancial na vida pessoal e familiar, como sujeitos da sua própria história, mostrando a mudança da condição de vítima para um ser passível de mudança e crescimento<sup>1</sup>.

Considerando os relatos, quanto à qualidade do curso, é possível entender que apesar do programa direcionar-se à qualificação profissional, este não atinge a expectativa e efetividade do objetivo, afinal, os cursos têm carga horária pequena e com grande ênfase nos conteúdos transversais, que são essenciais ao processo, mas que não podem, sozinhos, atender a qualificação técnica. É preciso rever, portanto, a constituição do currículo dos cursos.

Conforme Oliveira (2013, p.132), “é necessário que a educação não esteja limitada a formação mecanicista e ao adestramento de mão de obra para superar a lógica imposta pelo capital”, mas é preciso sobretudo que a parte técnica profissionalizante tenha qualidade para que as cursistas sejam capacitadas, de fato, para se inserirem no mercado de trabalho. Além disso, o entorno também precisa ser alterado: a família precisa compreender o papel de protagonista que as mulheres exercem em seus lares. Logo, para que haja uma reversão no quadro de desigualdade social e de gênero, e alcançar os objetivos diretos do programa como elevação de escolaridade, inserção da mulher no mercado de trabalho, melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil é preciso haver uma mudança quanto à valorização

---

<sup>1</sup> Isto também é percebido nas diversas narrativas presentes no documento Mulheres mil: do sonho à realidade (BRASIL, 2011b)



feminina, através de novas políticas públicas de educação e valorização da mulher no mercado de trabalho.

Atualmente, o Pronatec persiste no Brasil, mas no Instituto Federal de Sergipe suas ações arrefeceram devido às atribuições econômicas pelas quais atravessa o país. A última turma de Mulheres Mil a se formar foi no Campus Aracaju em 2017. No Campus Lagarto, foi em 2016. O programa foi retomado em setembro de 2019 a partir de um projeto institucional de extensão. Iniciou-se uma turma ofertada pelo Campus Aracaju. Foram matriculadas 31 mulheres oriundas de bairros periféricos. O curso insere-se no Programa de Formação Inicial e Continuada (FIC) - Mulheres Mil Atendente de Lanchonete - pertencente ao eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, na modalidade presencial, oferta semestral e periodicidade semanal. (IFS, 2019). A expectativa é que o Programa Mulheres Mil volte mais amadurecido e forte.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Nara. FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. In: **Cadernos Pagu** (27) julho-dezembro de 2006: pp.213-254. <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32143.pdf>. Acesso em novembro de 2015.

BELTRAO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 136, abr. p. 125-156, 2009. Disponível em . Acesso em 13 mai. 2016.

BRASIL. Decreto n. 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854. Approva o regulamento para a reforma do ensino primário e secundario no Municipio da Côrte. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>

BRASIL, Ministério da Educação. **Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil**. 2014. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/cartilha\\_mulheres\\_mil.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf)

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Mulheres Mil na Rede Federal: Caminhos da inclusão**. Brasília, 2011a.

CARVALHO, M. Inclusão da perspectiva de gênero na educação e na formação docente. Apud.: BASTOS, Ludimila Correa. **Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA**. 2011. 110p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Mulheres mil: do sonho à realidade: Thousand women: making dreams come true = Milefemmes: du revê à laréalité.** Organização: Stela Rosa – Brasília: Ministério da Educação, 2011b.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G; et al (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOIS, Mariana Emanuelle Barreto de. **Entrevista.** Entrevistadora: Cyndi Moura Guimarães de Oliveira, Lagarto/SE, 2015.

HÜBNER, D. et al. Programa Mulheres Mil: Uma reflexão com vistas ao empoderamento da mulher. **VIII Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios.** Santa Cruz do Sul. 13 a 15 de setembro de 2017.

IFS. **Programa de Extensão “Mulheres Mil” retorna às atividades com aula inaugural no próximo dia 24.** Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/8021-programa-de-extensao-mulheres-mil-retorna-as-atividades-com-aula-inaugural-no-proximo-dia-24>. Acesso em: 21/11/2019.

KOVALESKI, N. PILATTI, L. As escolhas de curso de Tecnologia pelas mulheres: qual formação para quais papéis sociais? O caso das estudantes do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – Unidade de Ponta Grossa. **XI Seminário Latino-americano de gestão Tecnológica.** ALTEC, 2005. Disponível em: [http://pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/ebook/2005/E-book%202006\\_artigo%2080.pdf](http://pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/ebook/2005/E-book%202006_artigo%2080.pdf). Acessado em 20/05/2016.

LEWIN, Helena. **Educação e força de trabalho feminina no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Unificado Profissional, 1980.

LOPES, S.; SOUZA, L. S. EJA: uma educação possível ou mera utopia?. **Revista Alfabetização Solidária (Alfasol).** São Paulo. v. 5, 2005. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31001456/revista\\_selvaplopes.pdf?27eae9a5d8cdebca20](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31001456/revista_selvaplopes.pdf?27eae9a5d8cdebca20). Acessado em 19/11/2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora S. M. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: Interfaces com a educação e trabalho.** Dissertação defendida no núcleo de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

QUEIROZ, C.; CARVALHO, M.; MOREIRA, J. Gênero e Inclusão de Jovens Mulheres nas Ciências Exatas, nas Engenharias e na Computação. In: **18º REDOR,** Recife. 2014. Disponível em : <http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/view/2076/855>. Acessado em : 15/05/2016.

QUESTIONÁRIO. Realizado pela coordenação local do Programa Mulheres Mil, Campus Lagarto/IFS, 2014.

QUESTIONÁRIO. Realizado pela coordenação local do Programa Mulheres Mil, Campus Lagarto/IFS, 2015.

SANTOS, Elza Ferreira. **Gênero, educação profissional e subjetivação: discursos e sentidos no cotidiano do Instituto Federal de Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2013. 226 P. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2013.

TEIXEIRA, A.; PÁDUA, C. Apropriação de inovações tecnológicas no trabalho docente. Apud: BASTOS, L. **Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA**. 2011. 110p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

UNICEF. **Dez Desafios do Ensino Médio no Brasil**: Para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. Brasília, 2014. Disponível em [https://www.unicef.org/brazil/pt/10desafios\\_ensino\\_medio.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/10desafios_ensino_medio.pdf). Acessado em: 10/11/2017.

VILLELA, H. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. et al. (coord.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.

## **EDUCACIÓN PROFESIONAL FEMENINA: UN ANÁLISIS DEL PROGRAMA MULHERES MIL EN IFS - CAMPUS LAGARTO**

### **Resumen**

Este artículo apunta al Programa Mulheres Mil desarrollado en el Campus Lagarto del Instituto Federal de Sergipe y tiene como objetivo verificar la efectividad de la función educativa y social del programa, ya que el programa tenía como objetivo promover la capacitación profesional y tecnológica de las mujeres desfavorecidas, asegurando el acceso a la educación profesional y la elevación educativa. Fue una investigación descriptiva y exploratoria, basada en el enfoque cuantitativo y cualitativo. Se realizó una búsqueda bibliográfica sobre educación profesional y el programa Mulheres Mil, además, se estudiaron documentos sobre el programa y su implementación en IFS. Como estrategias de recolección de datos, se utilizaron dos cuestionarios y una entrevista estructurada. En la encuesta participaron 25 graduadas del curso de ayudante de archivo, que completaron el curso en 2015 y la coordinadora del curso. En las inferencias realizadas, se observó, aunque el programa está dirigido a la calificación profesional, este poco alcanza las expectativas y la efectividad del objetivo, sin embargo, es indiscutible la transformación que se produjo en algunos aspectos de la vida de las estudiantes como la perspectiva de inserción en el mercado de trabajo, engrandecimiento de autoestima y nuevas formas de relacionarse con la familia.

**Palabras clave:** Educación profesional; Educación femenina; Programa Mulheres Mil.

**FEMININE PROFESSIONAL EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE PROGRAM  
MULHERES MIL AT IFS - CAMPUS LAGARTO****Abstract**

The present study aims at analyzing the Program *Mulheres Mil* carried out at the Federal Institute of Sergipe, Lagarto Campus, and at verifying the effectiveness of its educational and social functions, once the program targeted at promoting professional and technological training of disadvantaged women, ensuring their access to vocational training and to better educational levels. It is a descriptive and exploratory research, based on quantitative and qualitative approaches, whose findings are supported by other researches on Vocational Education and on the program *Mulheres Mil*. In addition, documents on the program and on its implementation at IFS were studied. As strategies for data collection, two questionnaires and a structured interview were used. The survey involved 25 graduates of the Archive Assistant Course, who completed their training in 2015, as well as the course coordinator. Although the program is directed to professional qualification, it barely reaches its expectation, and its objective. Even though, some aspects in the students' lives were deeply transformed, such as the perspective of market insertion, the improvement of their self-esteem, and their discoveries of new ways of relating to their family.

**Keywords:** Professional education; Women's education; *Mulheres Mil* Programa.

---

Submetido em: maio de 2018.

Aprovado em: novembro de 2019.

Publicado em: dezembro de 2019.